

Congresso retoma funções e aprova vinte projetos

por Márcio Chaer
de Brasília

Com a sua rotina legislativa estancada desde o primeiro semestre, em função do intenso debate em torno das diretas-já, o Congresso retomou ontem suas funções e aprovou nada menos de vinte projetos que vinham sendo sistematicamente obstruídos.

O Decreto-lei nº 2.065, finalmente, caiu na Câmara e tem suas horas contadas no Senado. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa agora a pertencer ao Ministério para Assuntos Fundiários e não mais ao Ministério da Agricultura. O projeto, do Executivo, recebeu uma série de emendas que asseguram direitos de seus funcionários. O Palácio do Planalto orientara seus parlamentares para rejeitá-las, mas essa orientação não foi seguida.

A Câmara aprovou também o projeto do Senado que estabelece férias anuais remuneradas de trinta dias corridos a empregados domésticos. A posição vai agora à sanção presidencial.

O novo Código de Processo Penal, que levou o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, a lutar intensamente no ano passado para que o Congresso, que pretendia sancionar neste ano uma ampla reforma legal com a edição dos novos códigos civil, penal, de processo penal e da lei de execução penal, também foi aprovado ontem e vai agora ao Senado onde deve permanecer, pelo menos, até o final do ano.

Outro projeto que vai agora a sanção de Figueiredo é o que expurga da Consolidação das Leis do Trabalho o item que proíbe a eleição de quem foi destituído de cargo administrativo ou de representação sindical. Caso o presidente não vete a proposição, sindicalistas como Luis Ignacio Lula da Silva e Jair Meneghelli poderão novamente candidatar-se a seus antigos cargos.

Inesperadamente, o PDS não pediu verificação de quórum para impedir a aprovação do projeto que restabelece a autonomia da cidade goiana de Anápolis. Listada como área de segurança nacional, desde 1973, Anápolis abriga instalações militares, como a base aérea, onde se encontram os Mirage do Brasil e, por

líder do governo em exercício, senador Virgílio Távora, afirmou ontem, contudo, que não tinha nenhuma orientação do Planalto.

O sucessor do presidente Figueiredo deverá ter seus subsídios e verbas de representação fixados em valores equivalentes ao que o atual presidente estiver recebendo a 15 de março de 1985. Pelo menos é que estabelece o projeto de decreto legislativo aprovado ontem pela Câmara. Em seu artigo 2º, o projeto prevê que o vice-presidente da República fará jus a valores correspondentes a 75% dos subsídios e 80% da verba de representação do titular.

O súbito emagrecimento da ordem do dia, contudo, é tão ligeiro que mal se percebe a olho nu. Continuam na pauta nada menos que 219 proposições prontas para ser votadas. Em tramitação, só nessa Casa, avolumam-se mais de 4 mil projetos. Hoje, com a tentativa de se emendar a política nacional de informática, na sessão conjunta do Congresso, PDS e oposição poderão liberar mais alguns projetos.

A convocação maciça para esta semana poderá ser aproveitada, por exemplo, para sepultar, definitivamente, o Decreto-lei nº 2.065. Outro projeto importante é o que gera a lei complementar para regulamentação do Colégio Eleitoral. Mesmo que tancredistas e malufistas não entrem em acordo, a solução poderá ser levada a plenário, onde a questão poderá ser decidida pelo voto.

isso mesmo nos estudos mais liberais, de redução de número de áreas de segurança no País, esse município jamais foi relacionado. O Senado, porém, poderá poupar ao presidente a missão de vetar a proposição do deputado Aldo Arantes (PMDB-GO). O